

## 2

## Estado atual da questão e arcabouço teórico-metodológico para a pesquisa: *pressupostos e posturas*

O personagem Barnabé, no livro de Atos dos Apóstolos, parece, à primeira vista, alguém secundário na narrativa e sem importância para o decurso dos acontecimentos da trama do texto. No entanto, ao longo da pesquisa, fomos encontrando ressonância do personagem não só no livro de Atos, como na história dos primeiros séculos do cristianismo.

Esta pesquisa, porém, abarca apenas o Barnabé canônico, referente ao qual se encontrou pouco material escrito a partir de 1960, pelo menos nas publicações em espanhol, inglês ou francês<sup>4</sup>, além do mínimo que há em língua portuguesa. Por este motivo, muito das referências bibliográficas encontradas referem-se ao texto de Atos dos Apóstolos como um todo, principalmente na forma de comentários.

Quanto ao que resolvemos chamar de ‘quadro teórico-metodológico’ para a eficácia deste estudo acerca de Barnabé em Atos dos Apóstolos, explicamo-nos: o que se tentou elaborar, a partir dos pressupostos e posturas da teoria da literatura e da hermenêutica, foi uma síntese que abarcasse diversos conceitos que, na verdade, aproximam-se.

Assim, ao lado da teoria do efeito de Wolfgang Iser estão os conceitos de Paul Ricoeur de *mundo do texto* e da *tríplice mimese*; o *dialogismo* de Mikhail Bakhtin caminha ao lado da *intertextualidade* de Julia Kristeva; os *limites da interpretação* de Umberto Eco estão inseridos no *contexto social de produção* de Eni Orlandi. Tais conceitos teóricos unem-se, também, aos pressupostos metodológicos das análises semiótica e narrativa, aplicados ao texto de Atos.

---

<sup>4</sup> Jacques Dupont apresenta, em *Études sur les Actes des Apôtres* (1967), o estado da questão acerca de alguns temas e capítulos de Atos entre os anos de 1940 e 1950. Nestes, há a respeito de Barnabé o registro dos artigos: A. KAPPELER, *S. Barnabas in vita S. Pauli*, VD, XXII (1942), pp.129-135; R. O. P. TAYLOR, *What was Barnabas?* Church Quartely Rev. t.136 (1943), pp.59-79; J. M. BOVER, *Bernabé ¿clave de la solución del problema sinóptico?* Est Bib, III (1944), pp.56-77; M. TORRES, *Semblanza del Apóstol S. Bernabé*, Revista Bíblica (Argentina), IX, (1947), pp. 180-185; J. D. BURGER, *L'enigme de Barnabas*, Museum Helveticum, III, (1946), pp.180-195. Sobre Ananias e Safira: W. L. HANNAN, *Ananias and Saphira* (The London Quartely and Holborn Review, 1944, pp.19-24); H. CUNLIFFE-JONES, *Ananias and Saphira* (Congregational Quartely, XXVII, 1949, pp.116-121); P- H. MENOUD, *La mort d'Ananias et de Saphira* (DUPONT, 1967, pp.88-89).

## 2.1

### **Status quaestionis acerca do personagem Barnabé**

Importa dizer que a respeito do apóstolo Paulo há produção de uma quantidade inumerável de livros e de artigos acadêmicos publicados recentemente. O mesmo não ocorre com referência a Barnabé, principalmente ao personagem contido no livro de Atos dos Apóstolos. Faz-se necessário, também, diferenciar o personagem canônico – o qual é tratado nesta pesquisa – daquele que leva seu nome como título em alguns textos antigos, como a *Epístola de Barnabé*. Para este, houve uma construção bastante elaborada do personagem principal no texto e há uma pesquisa profícua a seu respeito.

Quanto às referências a Barnabé nos escritos dos primeiros séculos do cristianismo, apesar de se misturarem em alguns momentos os dois personagens supracitados, é valioso apontar algumas obras, a fim de que possamos compreender sua relevância em tais textos. Na *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, a primeira obra historiográfica sobre a comunidade cristã (começo do século IV), há algumas citações ao Barnabé canônico, em II. 1, 4 (em que Eusébio está citando o Livro VII das *Hypotyposes* de Clemente de Alexandria). O personagem também é citado em II. 3, 3-4; II. 8; II. 12; III. 25, 4. Neste último, porém, há uma menção à a-canonicidade da Epístola dita de Barnabé.

No *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*<sup>5</sup>, há um verbete ‘*Barnabé*’<sup>6</sup>. Neste, são mencionadas as citações feitas a este personagem nos Atos dos Apóstolos canônico e nas Epístolas Paulinas, e também outros escritos que dele falam ou a ele são atribuídos: uma *Ata do martírio de Barnabé* (do século V), uma *Epístola de Barnabé*<sup>7</sup> e um *Evangelho de Barnabé*<sup>8</sup>, nunca encontrado e, obviamente, não datado, mas citado no *Decreto Gelasiano* – século V ou VI – e no *Catálogo dos sessenta livros canônicos* – século VI ou VII.

<sup>5</sup> *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*, 2002.

<sup>6</sup> *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*, 2002, pp. 209-210.

<sup>7</sup> Sobre a qual há um verbete no mesmo dicionário, nas pp. 210-211.

<sup>8</sup> Há um outro texto também chamado *Evangelho de Barnabé*, que é bastante posterior à época de redação da maior parte dos demais Evangelhos, e que não se sabe se tem relação ou não com o citado no *Decreto* e no *Catálogo* supra-referidos. Este texto tardio foi redigido em italiano no século XVI como peça de propaganda muçulmana e pode ser achado com relativa facilidade, em edição francesa (VOUGA, 1977).

A *Epístola de Barnabé* está traduzida para o português em uma coletânea de escritos cristãos antigos<sup>9</sup>. O vol. 2 da *Patrologia Graeca* de J. P. Migne traz um fragmento de texto<sup>10</sup> atribuído a “Barnabé, companheiro de Paulo” que não consta no ‘seu’ Evangelho ou na ‘sua’ Epístola. Segundo o apologista Tertuliano (século III), Barnabé, e não Paulo, foi o autor da *Epístola aos Hebreus* que entrou para o cânon neo-testamentário<sup>11</sup>.

Nos escritos contemporâneos, ora precisou-se pesquisar acerca de Paulo para se encontrar Barnabé, ora tomaram-se os comentários e autores especialistas em Atos dos Apóstolos. Como exemplo do primeiro citado, o texto da *Cambridge Companion to Biblical Interpretation*, no capítulo escrito por Frances Young, *The non-Pauline Letters (As Cartas não-Paulinas)*, faz apenas uma referência a Barnabé<sup>12</sup>, ao trazer à baila a discussão acerca do autor da epístola aos Hebreus: dentre as opiniões dos comentadores das Sagradas Escrituras no terceiro século, Tertuliano aponta Barnabé, companheiro de Paulo, como autor<sup>13</sup>.

Quanto às obras especializadas sobre Atos dos Apóstolos, muito valiosos a esta pesquisa foram os comentários em língua inglesa de Frederick F. Bruce<sup>14</sup> e Johannes Munck<sup>15</sup> (*Anchor Bible*). Ambos abarcam notas importantes nos capítulos 4–5, nos quais se encontra a perícopa analisada no capítulo terceiro deste trabalho. Os autores utilizam ricamente o texto grego e são uma fonte de pesquisa também para trabalhos literários e historiográficos a respeito da obra lucana. O mesmo se deu com o trabalho de Hans Conzelmann<sup>16</sup> (coleção *Hermeneia*), a que tivemos acesso em língua inglesa.

Sobre o anti-modelo Ananias e Safira, em contraste a Barnabé, temos o artigo de Henriette Havelaar<sup>17</sup>, *Hellenistic Parallels to Acts 5.1-11 and the Problem of Conflicting Interpretations*, publicado no *Journal for the Study of the New Testament*. Havelaar entende Atos 5,1-11 como um texto dentro do gênero

<sup>9</sup> Paulus, col. Patrística, v.1, assim como uma versão em francês do mesmo escrito (Du CERF, 1971), da col. Sources Chrétiennes (v. 172).

<sup>10</sup> MIGNE, 1862, vv.781-782.

<sup>11</sup> *De pudicitia*, n. 20.

<sup>12</sup> YOUNG, 2006, p.290.

<sup>13</sup> Enquanto Clemente de Alexandria sugere que Paulo a tenha escrito em hebraico e Lucas traduzido para o grego e Orígenes tenha dito que só Deus sabe quem foi o autor de Hebreus. Os estudiosos modernos apontam que o mais plausível autor pode ser Apolo, uma pessoa associada à missão paulina (YOUNG, 2006, p.290).

<sup>14</sup> BRUCE, 1960.

<sup>15</sup> MUNCK, 1967.

<sup>16</sup> CONZELMANN, 1998.

<sup>17</sup> HAVELAAR, 1997.

narrativo de milagre e punição, e trabalha estabelecendo comparações entre esta perícopes e os textos do período helenístico quanto à excomunhão dos membros de comunidades estabelecidas através da partilha de bens. Defende, ainda, a morte súbita do casal como um dispositivo para chocar a audiência, fato que corroboramos.

Ainda a respeito da perícopes analisada no capítulo terceiro, temos a tese doutoral de David R. McCabe<sup>18</sup>, *How to kill things with words: Ananias and Sapphira under the Apostolic-Prophetic Speech-Act of Divine Judgment (Acts 4:32–5:11)*. McCabe utiliza como arcabouço teórico os Atos da fala de John L. Austin, apontando as falas vaticinadoras de Pedro para com Ananias e Safira como refiguração e releitura da palavra profética no Antigo Testamento.

Acerca do livro de Atos como um todo e a respeito da pessoa de Lucas como seu autor, foram imprescindíveis para a confecção deste trabalho os estudos da escola francesa<sup>19</sup>, representada por Jacques Dupont<sup>20</sup> e Daniel Marguerat<sup>21</sup>. Os autores analisam Lucas como teólogo e historiador, claro que de uma história apologética sobre o nascimento do cristianismo, bem como questões relativas à comunidade dos bens em sua formação.

Neste mesmo caminho, isto é, a comunidade dos bens apresentada no livro de Atos e também os seus conflitos, bem como as questões econômico-sociais no ‘ambiente’ dos textos analisados nesta pesquisa acerca de Barnabé, foram importantes a utilização dos trabalhos de: Justin Taylor<sup>22</sup>, Bruce J. Malina<sup>23</sup>, Wayne Meeks<sup>24</sup>, Gerd Theissen<sup>25</sup>, John Dominic Crossan<sup>26</sup>, Jeromy Murphy O’Connor<sup>27</sup>, Ekkehard e Wolfgang Stegemann<sup>28</sup>, entre outros.

Não se pode deixar de citar, ainda, os trabalhos de Martin Hengel<sup>29</sup> quanto aos elementos helenísticos presentes no texto de Atos e no ambiente em que foi

---

<sup>18</sup> McCABE, 2008.

<sup>19</sup> Os estudos de Marie Émile Boismard e Arnaud Lamouille (1990), com ênfase em diacronia também ajudaram a elucidar algumas questões, ainda que optássemos pela sincronia no texto de Atos dos Apóstolos.

<sup>20</sup> DUPONT, 1994.

<sup>21</sup> MARGUERAT, 1998; 2003.

<sup>22</sup> TAYLOR, 1994; 2010.

<sup>23</sup> MALINA, 2001.

<sup>24</sup> MEEKS, 1992.

<sup>25</sup> THEISSEN, 2009.

<sup>26</sup> CROSSAN, 1998; 2007.

<sup>27</sup> O’CONNOR, 2004.

<sup>28</sup> STEGEMANN, 1991.

<sup>29</sup> HENGEL, 1991.

produzido todo o texto neotestamentário. Suas pesquisas acerca das interações e inter-relações entre o mundo helenístico e o mundo judaico ajudaram a elucidar algumas questões a respeito do quadro teórico-metodológico aplicado ao texto de Atos e também as idiossincrasias da própria obra lucana.

Quanto ao aspecto metodológico, cumpre citar o estudo de William Kurz, *Narrative Models for Imitation in Luke-Acts*<sup>30</sup>. Nele, Kurz trata Barnabé como um modelo literário essencial em Atos, a ser imitado pelo ouvinte-leitor, o qual é conduzido todo o tempo pelo *leitor implícito*, que lhe aponta as virtudes deste personagem-modelo e lhe abre a possibilidade da réplica a partir do momento da leitura. Tal fato se constitui como ênfase nesta pesquisa, e encaminha para a sua culminância no capítulo terceiro.

## 2.2.

### Quadro teórico-metodológico utilizado na pesquisa

Optou-se nesta pesquisa, no que tange à teoria e à metodologia utilizadas, trabalhar com a abordagem literária do texto, especificamente, com as análises narrativa e semiótica, de modo sincrônico. Visa-se, também, a uma aproximação com o aspecto historiográfico, apontando no segundo capítulo, abrindo um campo de experimentação interdisciplinar, no qual estabelecemos um diálogo entre a Teologia, a História, a Filosofia da Linguagem e a Literatura, mediadas pela exegese e pela hermenêutica bíblicas.

Para tanto, lidamos com o *corpus* apresentado, isto é, os textos em Atos dos Apóstolos que se referem direta ou indiretamente ao personagem Barnabé, companheiro de Paulo, como um texto literário que possui uma mensagem comunicativa a nos apresentar. Entendemos que o texto, seja ele em que gênero se enquadre, aponta para seu *contexto social de produção*<sup>31</sup>, seu *sitz im Leben*<sup>32</sup>, isto é, para o momento histórico no qual é produzido, a partir do mundo observado pelas lentes de seu autor, e das pré-compreensões que este possui. Neste trabalho, procurar-se-á observar como se dá esta relação autor/ouvinte-leitor, mediada pelo

<sup>30</sup> KURZ, 1991.

<sup>31</sup> Conceito desenvolvido por Eni Orlandi, que estudaremos à frente.

<sup>32</sup> Termo cunhado pelos exegetas alemães, que estudaremos também à frente. *Sitz* quer dizer *lugar*, *assento* e *im Leben*, *na vida*. Literalmente *Sitz im Leben* significa, pois, *lugar da vida*, embora alguns autores prefiram outras traduções, como *lugar de origem*, *lugar vivencial*, *situação geratriz*, *ambiente vital* ou *contexto histórico* (WEGNER, 1998).

texto, entendendo-se este como uma via de mão dupla na narrativa de Atos, especificamente em relação a Barnabé.

É mister assinalar desde já que a culminância do valor de Barnabé para a Igreja nascente, apresentada no texto de Atos dos Apóstolos, dá-se em 11,24, ao ser o personagem nomeado como um *anér agathós*, um *homem nobre*. No entanto, o texto que descortina toda a nobreza do personagem e a destreza do autor em construí-lo como um modelo literário de comportamento para os ouvintes-leitores encontra-se em 4,32–5,11: estabelece-se o confronto Barnabé x Ananias e Safira e há um resultado trágico no texto, confirmando a assertiva aristotélica na *Poética*<sup>33</sup> – piedade e temor são produzidos a partir do que ocorre com o casal que tenta imitar o modelo por dissimulação. Automaticamente, são considerados anti-modelos.

Pelo motivo apontado no parágrafo anterior, e pelo modo como se dá a construção da perícope de Atos 4,32–5,11, elaborada claramente ao modo de narrar grego, senão homérico, foi dedicada maior atenção a esse texto, fato que se pode comprovar no capítulo terceiro desta pesquisa, no qual aplicam-se a teoria e a metodologia expostas ao longo desta introdução ao trabalho.

### 2.2.1

#### Teoria

Certificamo-nos, com o desenvolvimento da pesquisa, da validade da hipótese inicial de que o texto de Atos e a construção do personagem Barnabé são grandemente influenciados pelo pré-conhecimento de seu autor da literatura e da historiografia gregas, o que fica muito claro desde os aspectos e os usos sintáticos que adota, até a maneira como constrói o texto em si e o personagem que estamos analisando. Ainda, o contexto social de produção em que se encontra fica latente a partir das ‘pistas’ que nos apresenta e dos *limites da interpretação* destas, aos quais respeita.

Dessa maneira, para tratar desta ‘comunicação’ entre o conhecimento dos textos clássicos que o autor de Atos possui e a produção deste, transitamos

---

<sup>33</sup> “O temor e a piedade podem, realmente, ser despertados pelo espetáculo e também pela própria estruturação dos acontecimentos, o que é preferível e próprio de um poeta superior. É necessário que o enredo seja estruturado de tal maneira que quem ouvir a sequência dos acontecimentos, mesmo sem os ver, arrepie-se de temor e sinta piedade pelo que aconteceu; isto precisamente sentirá quem ouvir o enredo do Édipo” (ARISTÓTELES, *Poética*, 1453b5-10).

teoricamente: 1) pela *Estética da Recepção* dos textos, especificamente nos pressupostos de Wolfgang Iser para os conceitos de *recepção* e *efeito*, nos quais se inserem o *leitor implícito* e os *espaços vazios* deixados no texto; 2) pelo *dialogismo* de Mikhail Bakhtin, em complementaridade à *intertextualidade* de Julia Kristeva; 3) pelos conceitos de *mundo do texto* e de *pré-figuração*, *configuração* e *re-figuração*, que constituem a *tríplice mimese* de Paul Ricoeur.

No mais, para apontar o ambiente em que o texto é produzido e se encontra, a influência deste ambiente no texto, a interpretação que dele elabora e aquela que deseja que seu leitor faça, indicamos, de forma sucinta, os conceitos de *contexto social de produção* de Eni Orlandi e dos *limites da interpretação* de Umberto Eco. Na verdade, os *pressupostos* e *posturas* destes teóricos se interpenetram em vários momentos, o que tornou a construção teórica e sua aplicabilidade bastante aprazível e proveitosa.

É valioso dizer que não se pretende discorrer em sua totalidade os conceitos teóricos supracitados, quiçá esgotar o assunto. No entanto, apontar a possibilidade de um estudo linguístico-literário e hermenêutico proveitoso e profícuo do texto bíblico, advindos deste aporte teórico em suas interfaces.

### 2.2.1.1

#### Estética da Recepção

A *teoria* ou *estética da recepção* é, mormente, um movimento de crítica literária que propôs uma reformulação na maneira pela qual a teoria literária vinha abordando até então a história da literatura. Hans Robert Jauss<sup>34</sup>, que dá início ao movimento, baseia sua crítica no fato de que a história da literatura, ao seguir um cânone ou descrever, através do sistema ‘vida e obra’<sup>35</sup>, alguns autores em sequência cronológica, deixa de contemplar a historicidade das obras e põe à margem o terceiro elemento do circuito literário, e a ele imprescindível, os leitores. Com isso, desconsidera-se, portanto, o lado estético da criação literária, uma vez que

<sup>34</sup> A *Estética da Recepção* surge a partir das considerações teóricas realizadas por Hans Robert Jauss (1921–1997) em aula inaugural, em 1967, na Universidade de Constança. Na palestra, com o título de *O que é e com que fim se estuda a história da literatura?* A conferência de Jauss é publicada, em 1969, com o título de *A história da literatura como provocação à teoria literária*, após a ampliação de algumas idéias pelo autor.

<sup>35</sup> JAUSS, 1994, p.6.

a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório no desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade<sup>36</sup>.

Para Jauss, ‘a vida histórica da obra literária é impensável sem a participação ativa de seu destinatário’<sup>37</sup>. A partir deste enfoque, prossegue o movimento com a participação de outros teóricos para os quais a recepção abrange cada uma das atividades que se desencadeiam no receptor por meio do texto<sup>38</sup>, desde a simples compreensão até a diversidade das reações por ela provocadas: que incluem tanto o fechamento de um livro, como o ato de decorá-lo, de copiá-lo, de presenteá-lo, de escrever uma crítica<sup>39</sup>.

Dentre os teóricos da *estética da recepção*, queremos dar lugar a Wolfgang Iser (1926–2007), para quem o texto é um potencial de efeitos que se atualiza no processo da leitura<sup>40</sup>. Em sua obra *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético* (1996), Iser propõe uma *teoria do efeito*, e não uma *teoria da recepção*, pois – conforme suas próprias palavras – enquanto uma teoria do efeito está ancorada no texto, uma teoria da recepção está ancorada nos juízos históricos dos leitores. Por isso

o efeito estético deve ser analisado, portanto, na relação dialética entre texto, leitor e sua interação. Ele é chamado de efeito estético porque – apesar de ser motivado pelo texto – requer do leitor atividades imaginativas e perceptivas, a fim de obrigá-lo a diferenciar suas próprias atitudes<sup>41</sup>.

Esta interação texto/leitor é vista por Iser como atividade comandada pelo texto, isto é, é o texto que conduz o leitor. Contudo, o leitor nunca retirará do

---

<sup>36</sup> JAUSS, 1994, p.8.

<sup>37</sup> JAUSS, 1970, p.169.

<sup>38</sup> Sendo assim, de acordo com sua posição histórica e experiências anteriores, o leitor vai conquistando, aos poucos, seu papel como produtor de sentidos. Além de Jauss, vários são os autores que abordam a literatura sob o enfoque da recepção [as datas referem-se às primeiras publicações]: Roman Ingarden, em *A obra de arte literária*, (1931); Roland Barthes, em *O prazer do texto* (1937); Umberto Eco, em *Leitura do texto literário* (1979); Wolfgang Iser, com *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético* (1976); Stanley Fish, com *Is there a text in this class?* (1980), entre outros.

<sup>39</sup> STIERLE, 2002, p.121. Deste modo, considerando a literatura enquanto *produção, recepção e comunicação*, isto é, uma relação dinâmica entre autor, obra e leitor, a estética da recepção remete o ato de leitura a um duplo horizonte: o implicado pela obra e o projetado pelo leitor de determinada sociedade.

<sup>40</sup> ISER, 1996, p.15.

<sup>41</sup> ISER, 1996, p.16.

texto a certeza explícita de que sua compreensão é a justa<sup>42</sup>. Para tanto, Iser propõe uma premissa: o *leitor implícito*, entendido como uma estrutura textual que oferece ‘pistas’ sobre a condução da leitura, e que emerge das estruturas textuais, na medida em que estas reivindicam a sua participação. Assim, o *leitor implícito* designa uma estrutura que antecipa os efeitos previstos sobre o leitor.

Porém, os princípios de seleção que possibilitam a atualização do texto são particulares a cada leitor. Por isso, o *leitor implícito* é aquele que proporciona um quadro de referências para a diversidade de atualizações históricas e individuais do texto pelos leitores. Nas palavras do próprio Iser,

as perspectivas do texto visam certamente a um ponto comum de referências, e assumem assim o caráter de instruções; o ponto comum de referências, no entanto, não é dado enquanto tal e deve ser por isso imaginado. É nesse ponto que o papel do leitor, delineado na estrutura do texto, ganha seu caráter efetivo<sup>43</sup>.

A preocupação de Iser está no *efeito* que a obra causa, isto é, na *ponte* que se estabelece entre um texto literário e o leitor<sup>44</sup>. Pensemos agora no ouvinte-leitor do texto de Atos e especificamente no episódio Barnabé x Ananias e Safira. Temos uma condução da leitura, um ‘complexo de controle’ que orienta o texto: a dissimulação e a mentira são castigadas pelo juízo divino, o qual é *marcado* pelos vários signos linguísticos<sup>45</sup> que se encontram no texto e pela estrutura deste, através de repetições, especificamente com o refrão ‘e veio grande temor sobre os que ouviam estas coisas’<sup>46</sup>.

Uma outra premissa trabalhada por Iser quanto ao efeito estético, refere-se ao *dito e ao não dito* ao leitor-receptor – o *operador do lugar vazio* nos textos.

<sup>42</sup> ISER, 1979, p.87. Pode-se inferir que, talvez seja exatamente isto que possibilite uma ‘obra aberta’.

<sup>43</sup> ISER, 1996, p.75.

<sup>44</sup> ISER, 2002, p.52.

<sup>45</sup> Partindo-se da idéia de que a base da recepção é constituída por uma sequência de ‘significantes’ e, ainda mais, da idéia de que um significante só é significante quando a ele pertence um significado, conclui-se que a tradução do significante no significado parece ser o passo mais elementar na recepção. Pois o caso ideal de que um significante tenha um e apenas um significado, conforme nos ensina qualquer dicionário, praticamente inexistente. Cada significante evoca, de imediato, um horizonte de significados possíveis, dentro do qual se há de descobrir o significado visado. Assim, a recepção elementar implica uma redução. Esta, no entanto, só é possível por meio de uma contextualização, o que significa que, de cada significante e de seu significado, se passa a um plano maior, que se revela nos significados que, por sua vez, se manifestam pelos significantes dados. Só a contextualização assim estabelecida permite a redução da quantidade dos significados de uma oração, que deste modo forma uma significação frasal consistente. Neste mesmo caminho, Wittgenstein propõe os seus jogos de linguagem, nos quais um significado só pode ser extraído a partir das relações sintagmáticas e paradigmáticas que se estabelecem em torno do signo (do vocábulo) e, também do contexto em que está inserido (LIMA, 2002).

<sup>46</sup> Atos 5,5.11.

Afirmando que sempre se interpreta o texto, Iser, ao introduzir o *operador do lugar vazio*, faz com que caiba ao leitor suplementá-lo para que o enredo flua<sup>47</sup>. Assim como em um diálogo a interpretação cobre os vazios contidos no espaço entre a afirmação de um e a réplica do outro, na relação texto-leitor, embora o leitor não conheça a reação de seu ‘parceiro’, os textos, enunciados com vazios, exigem do leitor o seu preenchimento<sup>48</sup>.

A partir do *dito* e do *não dito* no mesmo episódio de Barnabé, algumas possibilidades de interpretação a partir do *efeito* do texto de Atos 4,32–5,11 poderiam ser produzidas, mas compreendem, nas palavras, um ponto de referências não dado e que deve ser imaginado por seus ouvintes-leitores: não devo ser avaro, pois não podem constar avaros numa comunidade que se manifesta como generosa – então, como é a minha comunidade e a minha relação com ela? Não devo fingir, através de meus atos, alguém que não sou, se me apresento como seguidor da Verdade.

### 2.2.1.2

#### A hermenêutica de Paul Ricoeur

Dentre as muitas áreas do conhecimento pelas quais Paul Ricoeur transita, queremos apontar, dentro da perspectiva hermenêutica de seus estudos, duas concepções que desenvolve para o estudo com a obra literária: as concepções de *mundo do texto* e da *tríplice mimese* contida na narrativa. Ao mesmo tempo, desejamos aplicar tais concepções ao livro de Atos e aos estudos em torno do personagem Barnabé no texto.

Assim como salientamos a importância do leitor para a *teoria* ou *estética da recepção*, um dos pontos fundamentais do pensamento hermenêutico é a presença de um outro, o leitor do texto, que fará sua interpretação deste. Assim, trabalhando com a relação literatura e história, Ricoeur aponta que ‘somente pela mediação da leitura é que a obra literária obtém sua significância completa, que estaria para a ficção assim como a representância está para a história’<sup>49</sup>.

Desta maneira, a partir do ato de leitura dois mundos se unem em uma experiência temporal: ao *mundo do texto* acresce-se o *mundo do leitor* – não nos

<sup>47</sup> LIMA, 2002, p.26.

<sup>48</sup> Neste pressuposto, Iser aproxima-se do conceito de *obra aberta*, preconizado por Umberto Eco.

<sup>49</sup> RICOEUR, 1997, p.275.

esquecendo de que o mundo do texto reflete o que o autor captou de seu mundo próprio. Durante a leitura, o mundo físico e o mundo fictício se encontram, e o leitor vivencia o mundo do texto, sobre o qual descobrir e inventar são atitudes corolárias. Descobrir, porque no discurso há referências que lhe permitem tal ato; inventar, pois há lacunas no texto que se completam quando a leitura é efetivada. Nesse ponto, Ricoeur defende o conceito de *mundo do texto*, apontando que

o que se deve, de fato, interpretar num texto é uma proposta de mundo, um mundo tal em que o ouvinte-leitor possa habitar e nele projetar um de seus possíveis mais próprios, o mundo próprio a esse texto único<sup>50</sup>.

Nada mais próprio do que o ouvinte-leitor do primeiro século, de fala e cultura helênica, *receber*, em seu mundo, a proposta da comunidade ideal no mundo do texto de Atos dos Apóstolos. Com os modelos literários ao modo homérico e platônico intrínsecos no texto, o ouvinte-leitor parte das experiências de sentido que este discurso lhe proporciona e a ele conduz, bem como traz a si a reflexão de como projetar e, efetivamente, cumprir, em sua realidade, o resultado do caráter *paidético* que o texto lhe permitiu interpretar. Corrobora Ricoeur:

De fato, um livro dirige-se apenas a uma seção de público e alcança os seus leitores apropriados através de meios que, em si mesmos, estão submetidos a leis sociais de exclusão e admissão. Por outras palavras, a leitura é um fenômeno social e obedece a certos padrões e, por conseguinte, sofre de limitações específicas. No entanto, a proposição que diz que um texto se dirige potencialmente a quem quer que saiba ler deve reter-se como um limite em qualquer sociologia da literatura. Uma obra cria, pois, o seu público. Alarga assim o círculo da comunicação e inicia novos modos de comunicação. Nessa medida o reconhecimento da obra pela audiência por ela criada é um evento imprevisível<sup>51</sup>.

Imbricado ao conceito de mundo do texto e à relação autor-texto-leitor, temos a *tríplice mimese* da narrativa. Não podemos falar em *mundo do texto* sem trazer os pressupostos do círculo hermenêutico de Ricoeur para que se trate deste conceito, pois são imprescindíveis. Em *Tempo e Narrativa I*<sup>52</sup>, o autor defende que todo texto passa por três momentos de sua *mimese*, classificadas em I, II e III – a *prefiguração*, a *configuração* e a *refiguração*, respectivamente<sup>53</sup>.

A *prefiguração* é o tempo de ação, vivido pelo autor do texto, isto é, a sua experiência temporal, composta da sua pré-compreensão do mundo em que se

<sup>50</sup> RICOEUR, 1986, p.122.

<sup>51</sup> RICOEUR, 1987, p.43.

<sup>52</sup> RICOEUR, 1994.

<sup>53</sup> Na verdade, a *prefiguração* corresponde ao mundo do autor, a *configuração* ao mundo do texto, e a *refiguração* ao mundo do leitor, a fim de que se complete o círculo hermenêutico proposto por Ricoeur.

insere. A *configuração* é o que Ricoeur chama de momento da *tessitura da intriga*, mediadora entre *acontecimentos* ou incidentes individuais e uma *história* considerada como um todo, compondo juntos tanto fatores heterogêneos quanto meios, circunstâncias, agentes e, por isso também, mediadora de seus caracteres temporais próprios<sup>54</sup>. Este é o momento, o tempo, o *mundo do texto*. Por último, a *refiguração* é o momento em que o ouvinte-leitor tem contato com o texto, o tempo da leitura. É neste tempo que a narrativa ganha significação própria e, assim como o evento da catarse na tragédia, ocorre a conclusão do percurso da *mimese*. Essa *mimese* III – a *refiguração* – marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte-leitor<sup>55</sup>.

O círculo hermenêutico conclui-se com um desafio: “o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua *refiguração* pela recepção da obra”. Neste último momento o leitor é o operador por excelência que assume por seu fazer – a ação de ler – a unidade do percurso da *prefiguração* à *refiguração* através da *configuração*<sup>56</sup>.

O livro de Atos dos Apóstolos possui seu mundo próprio e uma função comunicativa pungente direcionada ao seu ouvinte-leitor, o qual fará a interpretação devida do texto, respondendo a ele e re-figurando a tessitura de suas intrigas de acordo com a compreensão de mundo, crenças e valores que possui. Com isto abrir-se-ão para o ouvinte-leitor, ao interpretar o que ouve ou lê, novas possibilidades ‘heideggerianas’ de ser-no-mundo, em sua realidade cotidiana, pois o texto visa à modalidade do *poder-ser*.

Se utilizarmos o vocabulário de Ricoeur<sup>57</sup>, podemos assinalar dois fatos. Primeiro, diremos que a pre-figuração do texto de Atos em muitos momentos e, mormente, nos episódios de Barnabé e Ananias e Safira, parte de problemas apreendidos pelo autor em relação àqueles que ostentavam uma posição que não possuíam – configurados no casal – e que, por isso mesmo, devem ser extirpados de qualquer grupo que se mostre comprometido com a Verdade.

Segundo, por outro lado, necessitamos de um modelo de generosidade que ganhe nome, para que as atitudes de bondade e doação passem a se tornar uma constante na sociedade que se apresenta diante do autor do texto, fato que não

<sup>54</sup> RICOEUR, 1994, pp.102-104.

<sup>55</sup> RICOEUR, 1994, p.110.

<sup>56</sup> RICOEUR, 1994, pp.86-87.

<sup>57</sup> RICOEUR, 1994.

deveria estar acontecendo. Neste sentido a configuração de Barnabé, além de ser para o ouvinte-leitor um modelo apresentado, conforme a tese de Kurz<sup>58</sup>, passa a constituir um texto de denúncia quanto à falta de generosidade nos grupos que se formavam intitulando-se seguidores do ‘Caminho’, do Cristo.

### 2.2.1.3

#### **Mikhail Bakhtin e Júlia Kristeva – o *dialogismo* e a *inter-textualidade***

Por sua proximidade nos estudos linguístico-literários, optamos por trabalhar os dois conceitos – *dialogismo* e *intertextualidade* – e seus respectivos autores – Mikhail Bakhtin e Julia Kristeva – juntos, como constituintes do aporte teórico para o trabalho com a obra lucana e a sua aplicação na construção do personagem Barnabé ao modo grego de conceber o herói homérico ou o homem ideal platônico. Sem deixar de perceber a relação autor/ouvinte-leitor criada pela recepção do texto.

#### **a) O dialogismo de Mikhail Bakhtin**

Mikhail Bakhtin é considerado um dos maiores pensadores do século XX, cujos escritos englobam principalmente linguística e crítica literária. Contudo, o pensador russo passeia pelas vias da filosofia da linguagem e da ética em seus escritos como embasamento de seu método literário: replicando Saussure e os estruturalistas, que privilegiaram a *langue*, o sistema abstrato da língua, com suas características formais passíveis de serem repetidas, Bakhtin enfatizou a heterogeneidade concreta da *parole*, isto é, a complexidade multiforme das manifestações da linguagem em situações concretas<sup>59</sup>.

Importa-nos ainda dizer que ele vê a linguagem não só como um sistema abstrato, mas como uma criação coletiva, como parte de um diálogo cumulativo entre o ‘eu’ e o outro, entre muitos ‘eus’ e muitos outros<sup>60</sup>. Bakhtin entende o

<sup>58</sup> KURZ, 1991.

<sup>59</sup> No *Curso de linguística geral*, Saussure discutia a orientação diacrônica da linguística do século XIX, a favor de uma abordagem sincrônica, isto é, que estudasse a língua como uma totalidade funcional num momento dado no tempo. De acordo com a orientação sincrônica, a linguística deveria focalizar a *langue*, com suas unidades básicas e seus sistemas de combinação, e não a *parole*, as emissões concretas possibilitadas por esse sistema. Bakhtin, entretanto, faz a inversão, diminuindo a importância do sistema da língua como um modelo abstrato e enfatizando, em seu lugar a *parole*, o discurso vivido e partilhado por seres humanos em interação social (cf. STAM, 1992, pp.29-30).

<sup>60</sup> STAM, 1992, p.12. Essa ênfase na relação entre o eu e o outro reflete a preocupação não só de Bakhtin, nas duas primeiras décadas do século XX, mas de pensadores como Sartre, Heidegger e

homem que se constitui na e pela interação, sempre em meio à complexa rede de relações sociais de que participa permanentemente e na qual se utiliza da linguagem, do diálogo<sup>61</sup>. Por isso, Todorov<sup>62</sup>, um de seus comentadores, vai dizer que Bakhtin constrói uma antropologia filosófica, a qual constitui-se no *dialogismo*. O próprio Bakhtin aponta o *dialogismo* como obra humana:

‘A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar em um diálogo [...] o homem participa neste diálogo todo e com toda a sua vida: com olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com todo o corpo, com seus atos<sup>63</sup>’.

Devido a esta relação homem/linguagem, Bakhtin<sup>64</sup> estuda a literatura como ‘uma parte inalienável da cultura, sendo impossível compreendê-la fora do contexto global da cultura numa dada época’, afinal é dentro dessa cultura que nasce a obra. Entretanto, é inadmissível a relação direta de determinado objeto literário com outras áreas sem levar em conta, primeiramente, a cultura literária a que ela pertence. Isso significa que o estudioso não deve deixar de lado as preocupações sociais que, na verdade, aparecem a todo o momento no texto, porém é o texto que nos fará chegar a essas instâncias e não o oposto<sup>65</sup>.

Neste mesmo caminho, a definição abrangente de Bakhtin para ‘texto’ é transdisciplinar. *Texto* é aquilo que diz respeito a toda produção cultural fundada na linguagem (e para Bakhtin não há produção cultural fora da linguagem), e tem o efeito de apagar as linhas divisórias entre as disciplinas e também entre os *textos*. Assim, as categorias-chave de Bakhtin – *carnaval* ou *carnavalização*<sup>66</sup>,

---

Lacan, que também elaboram suas teorias com a mesma base na relação dialógica (cf. STAM, 1992, p.18).

<sup>61</sup> Diz-nos Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1979, p.109): O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

<sup>62</sup> TODOROV, 1981, pp.145-172.

<sup>63</sup> BAKHTIN, 1982, p.334.

<sup>64</sup> BAKHTIN, 1997, p.362.

<sup>65</sup> Eis o cerne da projeção pragmática aplicada ao texto: interrogá-lo acerca do que ele quer dizer a respeito da sociedade que retrata.

<sup>66</sup> Ao debruçar-se sobre aspectos da cultura popular, Bakhtin evidencia que esta se conjuga ao riso, em oposição ao tom sério, característico do período medieval, como uma espécie de emancipação social, em que a vida cotidiana é reconfigurada alegoricamente e tem sua mais intensa manifestação no carnaval. Em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, o foco central do trabalho de Bakhtin é a representação da cultura popular nos escritos de Rabelais, nos quais a *carnavalização* se manifesta de modo preponderante e pode ser compreendida como uma linguagem carregada de símbolos e alegorias, em que se pontua a divergência entre o oficial e o não-oficial ou, mais propriamente, a ruptura com tudo que é institucionalizado (cf. BAKHTIN, 2008).

*heteroglossia*<sup>67</sup>, *polifonia*<sup>68</sup> e *dialogismo*<sup>69</sup> – englobam ao mesmo tempo o textual, o intertextual e o contextual. Com isso, semelhante aos formalistas russos, Bakhtin é sensível à especificidade dos mecanismos textuais, mas à diferença deles, recusa-se a dissociar estes mecanismos dos processos sociais<sup>70</sup>.

A ênfase no *dialogismo*<sup>71</sup> aponta para a cuidadosa atenção de Bakhtin para com o interlocutor do texto, bem como sua convicção de que todo discurso existe em diálogo não apenas com discursos prévios, mas também com o receptor do discurso. Tal pensamento o aproxima às preocupações da teoria contemporânea da recepção, conforme Jauss e Iser<sup>72</sup>. Nas palavras de Bakhtin:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto<sup>73</sup>.

Com isso, podemos propor que o autor da obra lucana *dialoga*, no sentido *bakhtiniano*, tanto com os discursos embutidos nos textos de Homero e de Platão, quanto com a obra historiográfica grega que foi sendo construída até o momento em que produz seu texto. Ao mesmo tempo, dialoga com seu ouvinte-leitor sobre o valor da generosidade na comunidade em que este se insere, através da

<sup>67</sup> Bakhtin cunhou a expressão *heteroglossia* para descrever o processo de incorporação de múltiplas vozes, quando da enunciação de um texto escrito ou falado. Privilegiou o enunciado como unidade de sentido, por este ser constituído socialmente, em detrimento da frase (cf. BAKHTIN, 2008).

<sup>68</sup> A *polifonia*, intrinsecamente ligada ao *dialogismo*, é a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam. A polifonia é um fenômeno que não se confunde com *heterogeneidade enunciativa*, pois este é um fenômeno que diz respeito à possibilidade do desdobramento das vozes no texto, enquanto aquele é a multiplicidade de vozes (cf. STAM, 1992).

<sup>69</sup> Com temos visto, *dialogismo* é o processo de interação entre textos (que ocorre na *polifonia*). Tanto na escrita como na leitura, o texto não é visto isoladamente, mas sim correlacionado a outros discursos similares ou próximos.

<sup>70</sup> STAM, 1992, p.13.

<sup>71</sup> A concepção desta relação eu/outro em Bakhtin apresenta analogias com outras concepções da ciência, particularmente com o conceito da relatividade de Einstein – a saber, o papel determinante do *locus*, a partir do qual se observam os fenômenos –, e com o ‘princípio da indeterminação’ de Heisenberg, ou seja, a idéia de que o próprio ato da observação científica altera inevitavelmente o fenômeno em observação. O que vemos é determinado pelo lugar de onde vemos. Em se tratando de diálogo humano, observa Bakhtin, posso ver o que você não pode ver (você mesmo, sua expressão, os objetos que estão por detrás de você) e você vê o que não posso ver. Essa necessária e produtiva complementaridade de visões, compreensões e sensibilidades, forma o cerne da noção bakhtiniana de diálogo (STAM, 1992, p.17).

<sup>72</sup> STAM, 1992, p.13.

<sup>73</sup> BAKHTIN, 1998, p.88.

mensagem comunicativa de Atos, principalmente no que se refere ao personagem Barnabé, que aqui nos interessa.

Ainda, sobre a ação *psicológica* da palavra, Bakhtin critica Freud pelo fato deste não reconhecer a dimensão político-histórica da linguagem, pois ‘a palavra’, para Bakhtin, é sempre ideológica por natureza<sup>74</sup>. Se a palavra é ideológica, pensemos, pode ser tida como evento comunicativo e transmissor de uma mensagem implícita daquilo que se quer, explicitamente, dizer. Não é o que o autor de Atos pode estar fazendo? Não só ele, mas todos os autores ou grupos de autores que escrevem o texto das Sagradas Escrituras? O caráter *paidético* dos textos certamente abarca e corrobora tal fato.

A partir dos princípios *bakhtinianos*, a linha francesa de Análise do Discurso propõe o princípio da heterogeneidade, isto é, a ideia de que a linguagem é heterogênea, ou seja, de que o discurso é tecido a partir do discurso do outro, o ‘já dito’, sob o qual qualquer discurso se constrói. Sob a palavra, há outras palavras<sup>75</sup>. Analogamente, somente através dos olhos de outra cultura, que uma cultura estrangeira se revela da maneira mais completa e profunda.

Entretanto, esse encontro dialógico de duas culturas não deveria implicar uma perda de identidade de nenhuma delas; em vez disso, cada uma conserva sua unidade e sua totalidade aberta, porém ambas se enriquecem mutuamente<sup>76</sup>. Não é exatamente isso que o autor de Lucas-Atos efetivamente faz quanto ao judaísmo e as exposições referentes às suas práticas, ao querer narrar ao amigo *Teófilo*, representante dos gregos que amam a Deus, um relato ordenado e detalhado dos fatos que ocorreram?

## **b) A intertextualidade de Julia Kristeva**

Ainda que a intertextualidade seja uma realidade tão antiga quanto a humanidade em seus discursos orais e escritos, a percepção e a compreensão do próprio fenômeno é recente. Em 1969, Julia Kristeva ampliou as concepções de Bakhtin, e chegou à noção de *intertextualidade*, termo que ela cunhou para designar o processo de produção do texto literário. Essa produção existe porque, segundo ela, ‘no lugar da noção de intersubjetividade instala-se a de

---

<sup>74</sup> STAM, 1992, p.21.

<sup>75</sup> FIORIN, 2001, pp.127-130.

<sup>76</sup> STAM, 1992, p.78.

intertextualidade, e a linguagem poética lê-se, pelo menos, como dupla<sup>77</sup>. Nessa perspectiva, o texto é absorção e réplica a outro ou a vários textos.

Kristeva cunha e desenvolve o conceito de *intertextualidade* a partir das noções de *polifonia* e *dialogismo* propostas por Mikhail Bakhtin, o primeiro a afirmar que uma estrutura literária é elaborada a partir de sua relação com outra estrutura<sup>78</sup>. Como considerava que tudo está em constante comunicação, o diálogo faz parte da vida do homem em tudo que este realiza, inclusive nos discursos que produz em seus textos, conforme vimos acima.

Assim, o diálogo para Bakhtin designa uma escritura simultaneamente como subjetividade e como comunicabilidade, ou seja, como intertextualidade. A partir disto, para Kristeva, a noção de pessoa-sujeito da escritura é substituída pela ambivalência da escritura. Esta ‘ambivalência’ implica a inserção da história da sociedade no texto, e do texto na história; para o escritor, são uma única e mesma coisa<sup>79</sup>, como se fora uma via de mão dupla. Para Bakhtin, a palavra dialógica é *interindividual*, atualizando-se no limite entre os contextos de ação do emissor e o do receptor. Para Kristeva, este fenômeno pode ser designado como uma *intertextualidade*, pois é no texto que se mostra efetivamente.

A partir destas noções bakhtinianas, Kristeva<sup>80</sup> desenvolveu uma teoria sobre a irredutível pluralidade do texto dentro e por trás de qualquer texto específico, desviando assim o foco crítico, da noção de sujeito (o autor) para a ideia da produtividade textual. É este *desvio* que caracteriza sua obra e acrescenta um fato a mais em relação à obra de Bakhtin. Ela parte do pressuposto de que todo texto é construído como um mosaico de citações e, de que todo texto é uma absorção e transformação de outro texto. Com isso, alarga significativamente a noção de texto. O termo *intertextualidade*, então, designaria essa transposição de um ou mais sistemas de signos para um outro.

A própria Kristeva aponta seu trabalho de *semanálise* como aquele que estudará no *texto*<sup>81</sup> a significância e seus tipos, assim como a organização gramatical do discurso. Discute, ainda, que seu trabalho questiona as leis dos

<sup>77</sup> KRISTEVA, 1974, p. 72.

<sup>78</sup> Na realidade, o trabalho de Kristeva é um estudo que todo o tempo dialoga com os conceitos bakhtinianos, ora aceitando-os, ora questionando-os, ora dando-lhes outras abrangências ou reconfigurando-os.

<sup>79</sup> KRISTEVA, 1974, p. 67.

<sup>80</sup> Cf. HUTCHEON, 1991, p. 165.

<sup>81</sup> Grifo da própria Kristeva.

discursos estabelecidos e apresenta um terreno propício no qual novos discursos se possam se fazer ouvir: na matéria da língua e da história social, o texto se instala no real que o engendra<sup>82</sup>. Nesse ínterim, aproxima-se de Bakhtin ao relacionar o discurso à sua historicidade, como se este contivesse em si uma réplica, uma resposta a dar à sua audiência. Nas palavras de Maingueneau<sup>83</sup>, pensa-se o discurso como um dizer e um dito, uma enunciação e um enunciado.

Refletindo sobre o parágrafo anterior, propõe-se: não é o que autor bíblico, que possui uma mensagem que se faz *paidética*, realiza ao escrever seus textos? Ele está inserido em um contexto com as mais variadas situações, às quais responde dialogando com o interlocutor através do texto. O *interlocutor* é a comunidade para a qual escreve. Assim, ao demonstrar os problemas com as viúvas dos helenistas ou com as diversas correntes existentes na formação das primeiras comunidades da Igreja nascente, cada uma com a sua idiossincrasia, o autor de Atos não quer nada mais, nada menos, do que expor uma situação corrente e esperar uma réplica de seu interlocutor para apontar alguma solução para tal.

Ao mesmo tempo, ele parece insinuar, de certa maneira, qual seria a solução – a abertura ao outro e a prática da generosidade nas primeiras comunidades em formação. Para tanto, a figura de José, apelidado pelos apóstolos de Barnabé, o filho da consolação, devido à sua generosidade e desprendimento, apareceria, iconicamente, como um epônimo para esta solução, proposta pelo autor do texto.

#### 2.2.1.4

#### **Umberto Eco e Eni Orlandi – os limites da interpretação**

Ao tratar da produção dos textos e da recepção destes por seus ouvintes-leitores, Umberto Eco e Eni Orlandi apontam, cada um a seu modo, dois pontos basilares: a importância do contexto social de produção desvelado nestes textos e os limites que possuem, principalmente na área semântica, para direcionar a sua interpretação.

#### **a) Umberto Eco**

---

<sup>82</sup> KRISTEVA, 1974, p. 10-11.

<sup>83</sup> Cf. MAINGUENEAU, 2001, p.6.

Em *Os limites da interpretação*, Umberto Eco investiga a ligação entre o contexto social do leitor e a interpretação desta leitura que é feita. Porém, Eco prevê que há limites impostos pela própria obra e pelo *re-conhecimento* de mundo do leitor, que nortearão a sua interpretação. Nesta, é atribuído um sentido – ou alguns sentidos – ao texto, os quais são previamente pensados por seu autor. Vejamos o que nos diz o próprio Eco a respeito do sentido de um texto, ao referir-se a uma fala de Paul Valéry:

Discordo da afirmação de Valéry de que ‘*il n’y a pas de vrai un sens d’un texte*’ [não há um verdadeiro sentido de um texto], mas aceito a afirmação de que um texto pode ter muitos sentidos. Recuso a afirmação de que um texto pode ter qualquer sentido<sup>84</sup>.

Ligado ao contexto de produção da obra e à visão de mundo que o leitor possui do mundo do texto, Eco defende, com o trocadilho, o conceito de *obra aberta*, que intitula um de seus livros<sup>85</sup> e perpassa outros<sup>86</sup>: o leitor, como sujeito interpretante ativo, possui *certa liberdade*<sup>87</sup> para interpretar o texto ou qualquer outro tipo de obra – artística, por exemplo –, de acordo com suas pré-compreensões. Entretanto, ainda que o texto alcance seu sentido completo neste momento – em que o leitor o *decifra* e o interpreta –, temos ‘o problema filosófico da interpretação, o qual consiste em estabelecer as condições de interação entre nós e algo que nos é dado e cuja construção obedece a determinadas constringências’<sup>88</sup>.

Com isso, Eco defende a possibilidade de uma interpretação segundo a intenção do texto – *intentio operis* – e aponta que há casos em que o excesso de interpretação produz ‘um desperdício de energias hermenêuticas que o texto não convalida’<sup>89</sup>. Afirma, ainda, que nessa relação dialética texto/leitor ambos os lados possuem seus direitos:

Em resumidas contas, dizer que um texto carece potencialmente de fim não significa que cada ato de interpretação possa ter um final feliz. Até o desconstrucionista mais radical aceita a ideia de que há interpretações que são clamorosamente inaceitáveis. Isto significa que o texto interpretado impõe restrições a seus intérpretes. Os limites

<sup>84</sup> ECO, 1997, p.165.

<sup>85</sup> ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

<sup>86</sup> Como *A estrutura ausente* (1976) e *Lector in fabula* (2004).

<sup>87</sup> Logo no primeiro capítulo de *Interpretação e Superinterpretação* (1993, p.28), Eco desabafa: ‘Nesse livro eu defendia o papel ativo do interprete na leitura de textos [...]. Quando aquelas páginas foram escritas, meus leitores focalizaram principalmente o lado aberto de toda a questão, subestimando o fato de que a leitura aberta que eu defendia era uma atividade provocada por uma obra (e visando à sua interpretação)’.

<sup>88</sup> ECO, 1992, p.18.

<sup>89</sup> ECO, 1992, p.16.

da interpretação coincidem com os direitos do texto (o que não quer dizer que coincidam com os direitos de seu autor)<sup>90</sup>.

Em *Interpretação e Superinterpretação*<sup>91</sup>, Eco faz réplicas a leitores de seus textos, como Jonathan Culler<sup>92</sup> e Richard Rorty<sup>93</sup>, e retoma a questão dos limites da interpretação, denominando *superinterpretação* o fato de o leitor extrapolar a via de interpretação que o texto lhe permite. Em meio às réplicas, Eco assinala a relação entre autor e a produção de seu texto, bem como a interação texto/leitor, já destituída da intenção do primeiro, porém recheada da competência linguística e cultural do segundo para interpretar o texto:

Quando um texto é colocado numa garrafa [...], isto é, quando um texto é produzido não para um único destinatário, mas para uma comunidade de leitores, o/a autor/a sabe que será interpretado/a não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações que também envolve os leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro social. Por tesouro social entendo não apenas uma determinada língua enquanto conjunto de regras gramaticais, mas também toda a enciclopédia que as realizações daquela língua implementaram, ou seja, as convenções culturais que uma língua produziu e a própria história das interpretações anteriores de muitos textos, compreendendo o texto que o leitor está lendo<sup>94</sup>.

Aplicando-se os pressupostos de Umberto Eco ao texto lucano, algumas propostas se podem ponderar, das quais elencamos uma: conhecendo a cultura em que está inserido, juntamente à audiência que possui, isto é, aos seus ouvintes/leitores, que se supõe sejam gregos, o autor produz um texto que compreende os códigos linguísticos e sintáticos que se farão entender no texto. Assim, ao estabelecer regras de, por exemplo, anunciar os nomes de personagens importantes à narrativa com a fórmula ‘nome + partícula reforçativa’ e não o oposto, o autor faz com que o ouvinte/leitor interprete tais personagens como valiosos ao texto.

Quanto ao ambiente cultural no qual os intérpretes do texto se encontram, um fato também pode ser ponderado: ao trazer, já no prólogo de Lucas e de Atos, que se fará *um relato ordenado dos fatos que sucederam*, o texto deixa saber de antemão que os ouvintes/leitores serão *guiados* pelos acontecimentos e peripécias da narrativa, seguindo uma sequência. Ao mesmo tempo, retomando o parágrafo

<sup>90</sup> ECO, 1992, p.19.

<sup>91</sup> ECO, 1993.

<sup>92</sup> Jonathan Culler é catedrático de Inglês e Literatura Comparada e diretor da Sociedade das Humanidades da Universidade Cornell, segundo a apresentação do próprio livro, à época.

<sup>93</sup> Richard Rorty, falecido em 2007, foi catedrático de Humanidades na Universidade de Virginia e de Literatura Comparada na Universidade de Stanford.

<sup>94</sup> ECO, 1997, pp.79-80.

anterior, os intérpretes do texto podem conhecer a fórmula empregada para os personagens que possuem valor na narrativa e perceber tal fato. Porém, apesar de compreenderem que alguns deles, como Jesus, Pedro, Barnabé e Paulo são construídos como heróis homéricos ou trágicos, ou ainda homens ideais gregos, não podem, neste momento, ser denominados desta maneira.

### **b) Eni Orlandi**

A pesquisadora Eni Pulcinelli Orlandi comenta, em seus trabalhos, os pressupostos da Escola Francesa de Análise do Discurso – que se apresenta como uma *teoria da interpretação* – e lhe acrescenta novos dados. O dado mais relevante para o estudo que temos em mãos é o traço de união que é feito entre o discurso e sua historicidade, proposto por ela: ‘a relação da Análise de Discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos’<sup>95</sup>.

Segundo Orlandi, a língua não é só um instrumento nem um dado, mas um trabalho humano, um produto histórico-social. Há um caráter histórico da língua, o qual está em ela ser um fato social no qual entram o caráter de processo, a intervenção da memória, a relativa estabilidade do sistema e das funções sociais e normas de comportamento. Desta forma, podemos, pela perspectiva do estudo da língua como ação (trabalho), recuperar a sua historicidade assim como sua função social<sup>96</sup>. Tais características notam-se, principalmente, no discurso verbal, no *texto*, seja ele oral ou escrito.

O conceito básico para os estudos em Análise de Discurso de Eni Orlandi é o de *condições de produção*. São estas condições que caracterizam o discurso, constituem-no e como tal são objetos de análise<sup>97</sup>. Partindo dessa perspectiva, trabalhamos com o discurso do autor da obra lucana em cada um de seus textos – o evangelho de Lucas e o livro de Atos dos Apóstolos. Fazemo-lo através da articulação entre análise sintática, semântica e projeção pragmática, a fim de apontarmos as *condições sociais de produção* desse discurso, bem como a historicidade do sujeito (autor) na sociedade em que está inserido.

---

<sup>95</sup> ORLANDI, 1990, p.35.

<sup>96</sup> ORLANDI, 1996, p.99.

<sup>97</sup> ORLANDI, 1996, p.110.

Deste modo, partindo do pressuposto de que uma obra literária pode e quer apontar as *condições sociais* nas quais é produzida, tomamos as peculiaridades do texto lucano para fundamentar nossa argumentação e o propósito deste arcabouço metodológico. Há termos gregos utilizados somente em Lucas-Atos, como a apresentação dos dois ‘Josés generosos’ (José de Arimateia e Barnabé) em ambas as narrativas – o *anér agathós*, o homem de bem, para utilizarmos um exemplo referente a uma expressão específica. Outra questão é a série de conflitos ocorridos em Atos e que são relatados com eufemismo pelo autor, porém são relatados. Há realmente fatos ocorrendo que precisam de *um relato ordenado*.

Ainda, apresentando os pressupostos de sua linha de estudos em Análise do Discurso, Eni Orlandi utiliza-se de uma fala de Rimbaud para dizer que há uma determinação histórica que faz com que alguns sentidos dos vocábulos sejam lidos e outros não<sup>98</sup>. Isto é, o contexto histórico-social de produção funciona como um determinante, aplicando aos vocábulos do discurso limites de interpretação<sup>99</sup> ligados ao modo como a sociedade em questão os utiliza.

A construção do personagem Barnabé como um modelo de generosidade na comunidade primitiva, ‘recheado’ com a *arete*<sup>100</sup> do herói homérico e a nobreza do homem ideal platônico, levando-o à culminância como um *aner agathós*, é, então, um irrefutável exemplo da aplicabilidade do pressuposto apresentado por Orlandi. Reforça-se o fato de que o autor de Atos está escrevendo a um ouvinte/leitor de fala e cultura grega, conhecedor dos termos que se aplicam a Barnabé e ao modo como é configurado na narrativa. Este ouvinte/leitor, conduzido pelo texto e sua interpretação, compreenderia sem maiores problemas o que o autor lhe quis transmitir.

<sup>98</sup> ORLANDI, 1988, p.12.

<sup>99</sup> É neste momento que Eni Orlandi se aproxima de Umberto Eco em seu livro *Os limites da interpretação* (ORLANDI, 1988).

<sup>100</sup> Ao tratar da ἀρετή no contexto da *Iliada* de Homero, Werner Jaeger demonstra que a mesma está intrinsecamente vinculada à valentia do herói: ‘O mais antigo dos dois poemas mostra-nos o domínio absoluto do estado de guerra, tal como devia ser no tempo das grandes migrações das tribos gregas. A *Iliada* [...] corporifica o ideal heróico da *arete* em todos os seus heróis. O valente é sempre o nobre, o homem de posição. A *Odisseia*, ao contrário, tem poucas ocasiões para descrever o comportamento dos heróis na luta. [...] Os heróis da *Iliada*, que se revelam no seu gosto pela guerra e na sua aspiração à honra como autênticos representantes de sua classe, são, todavia, quanto ao resto de sua conduta, acima de tudo grandes senhores, com todas as suas excelências, mas também com todas as suas imprescindíveis debilidades. É impossível imaginá-los vivendo em paz: pertencem ao campo de batalha’ (JAEGER, 2003, p.40-41). Os grifos são nossos.

## 2.2.2

### Metodologia

Como complemento ao quadro teórico utilizado nesta pesquisa que, como vimos, trabalha especificamente com o texto canônico que temos em mãos, optamos por aplicar, ao texto, uma metodologia que preconize o estudo sincrônico. Para tanto, dentre os novos métodos de análise literária considerados pela Pontifícia Comissão Bíblica para o estudo das Escrituras, utilizar-nos-emos de pressupostos da análise narrativa e da análise semiótica do texto, segundo o que propõe o alcance destas análises no documento *A Interpretação da Bíblia na Igreja*<sup>101</sup>.

Quanto à análise narrativa, entenderemos o texto de Atos dos Apóstolos como um texto no qual a história é contada de modo a envolver o leitor no ‘mundo do relato’ e em seu sistema de valores, estando atentos aos elementos do texto que dizem respeito ao enredo, às características e ao ponto de vista tomado pelo narrador<sup>102</sup>. Na análise semiótica, consideraremos no texto seus níveis linguístico-sintático (conexão entre vocábulos e frases, léxico, fatores de coesão, estrutura), lógico-semântico (lexemas, oposições semânticas) e pragmático (função e efeito do texto e os meios de influenciar o ouvinte-leitor).

Cumprir dizer que a opção pela análise sincrônica do texto se deu devido à riqueza do universo vocabular e da composição do texto lucano em Atos dos Apóstolos, fortemente presente nos aspectos mencionados acima quanto aos passos da análise semiótica. O que equivale dizer que a proposta pela análise diacrônica, seguindo os passos do método histórico-crítico, também resultaria em uma pesquisa bastante profícua.

### 2.2.2.1

#### Opção pela análise sincrônica do texto

É do conhecimento de todos que trabalham com a aplicação do método histórico-crítico, que a base de sua exegese é a consideração diacrônica dos textos que são analisados a partir de seus pressupostos. A própria crítica da redação

---

<sup>101</sup> Pontifícia Comissão Bíblica, 2006, pp.37-57.

<sup>102</sup> Pontifícia Comissão Bíblica, 2006, p.51.

(*Redaktionskritik*) ou da transmissão dos textos<sup>103</sup>, um dos passos do método, abarca tal análise e, concordamos, é de vital importância para o estudo da estrutura da composição dos textos bíblicos<sup>104</sup>. Entretanto, a análise narrativa do texto, de modo sincrônico, constitui um dos passos importantes do método. Assim, para a confecção deste trabalho, optou-se por um estudo linguístico-literário, de forma analítica, baseado nas análises narrativa e semiótica do texto.

A partir de então, fez-se necessário um modo de pensar sincrônico: olhamos para o texto como se nos apresenta, mormente na versão de Nestlé-Aland e em sua tradução própria em língua portuguesa, tentando aproximá-la o máximo possível do texto original<sup>105</sup>. Como a sincronia tem como base a análise narrativa, ou a narratologia, procura-se sublinhar no texto os pontos interrogativos, as lacunas e as elipses, deixados em forma de indícios como sinais dirigidos ao leitor. Cabe a este responder a essas interrogações, contribuindo para que o texto seja realmente o que é<sup>106</sup>. Como vimos, os pressupostos teórico-metodológicos discutidos aplicam-se perfeitamente a este tipo de análise.

Um dos pontos altos da sincronia e, por conseguinte, da análise narrativa, é a projeção pragmática que, aplicada à exegese, parte do texto que se tem à vista, o texto já pronto, elaborado, e não atende, neste momento, às fontes e tradições por ele recebidas e nele compiladas. Assim, importa à pragmática a comunicação entre autor e leitor via leitura do texto que se tem ou que se ouve – o que é o caso do ouvinte-leitor que o recebe no século I e que poderá, por um lado, nele ver-se refletido e, por outro, ser por ele influenciado. Partindo deste princípio, ‘a

<sup>103</sup> Em sua base, a análise dos escritos neotestamentários segundo o método da crítica/história da redação procura reconstruir o processo de redação dos textos e, além disso, o papel do redator. Em particular, tenta-se estabelecer de que modo o texto adquiriu seu aspecto definitivo. No entanto, é nessa versão definitiva que o texto passa a ser objeto da análise sincrônica (EGGER, 1994, p.179). Assim, um método não invalida o outro nem o exclui, mas ambos são complementares.

<sup>104</sup> O prólogo do evangelho de Lucas é um exemplo emblemático a respeito da crítica ou história da redação do texto (*Redaktionskritik*) (WEGNER, 1998, p.123).

<sup>105</sup> Vide anexo com a tradução própria, literal e literária da perícopre analisada no capítulo terceiro deste trabalho. Desta perícopre também pode-se consultar no anexo a análise morfossintática dos termos e os quadros com ênfase sintática e semântica. Todos os outros textos do Novo Testamento ou da LXX aqui apresentados em língua portuguesa também foram traduzidos da língua grega e postos em cotejo com a tradução da *Bíblia de Jerusalém* e outras traduções em língua portuguesa, quando se fez necessário.

<sup>106</sup> Cf. SKA, 2000, pp.123-125. Utilizando uma metáfora bastante adequada ao conceito de *obra aberta* de Umberto Eco e das relações de *efeito* de Wolfgang Iser, Ska diz-nos que ‘as narrativas dormem até o leitor vir despertá-las de seu sono’ (SKA, 2000, p.124).

pragmática pode então ser definida como um virtual processo de transformação que se dá no curso da leitura<sup>107</sup>.

Horacio Simian-Yofre<sup>108</sup>, ao iniciar sua fala a respeito da diacronia e do método histórico-crítico, precisa didaticamente o sentido dos termos método<sup>109</sup>, histórico<sup>110</sup> e crítico<sup>111</sup>. Após apontar a apresentação dos conceitos, finaliza:

Assim, de um ponto de vista histórico, o método histórico-crítico busca explicar todo texto a partir de seus pressupostos e entender sua intenção original e, do ponto de vista crítico, busca entender os textos da maneira mais diferenciada possível, no que diz respeito à sua compreensão original ou às interpretações sucessivas que o texto, em seu processo de crescimento, foi recebendo<sup>112</sup>.

Em relação aos textos do livro de Atos dos Apóstolos que procuramos estudar neste trabalho, foram-nos muito úteis as pesquisas de análise literária de Claude (Marie-Émile) Boismard e Arnaud Lamouille, da Escola Bíblica Francesa de Jerusalém, principalmente os comentários referentes à perícopes em estudo no capítulo terceiro desta pesquisa.

Os estudos de Boismard e Lamouille em Atos<sup>113</sup> apontam a hipótese de um texto fundamental, o Documento P, que foi recebendo retoques na narrativa pelos redatores que são denominados Atos I, Atos II e Atos III. Dentro da perícopes que estamos analisando, há alguns estudos diacrônicos no que se referem à estrutura vocabular e a construções sintagmáticas e paradigmáticas, no que respeita a similitudes e diferenças.

No texto de Atos 4,36–5,1, por exemplo, temos uma composição de duas narrativas opostas, ambas redigidas por Atos II, devido à sua estrutura. O fato de o

<sup>107</sup> Cf. DILLMANN. *Consideraciones en torno a la pragmática*, 1999, p.61.

<sup>108</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, pp.74-75. Seguem suas exposições nas três notas subsequentes.

<sup>109</sup> ‘Método’ designa um conjunto de procedimentos que permitem acesso mais objetivo a um objeto de pesquisa (...). Uma exegese, por mais bela que seja, e eventualmente também verdadeira, que não se possa aprender ou repetir não é um método, mas, quando muito, leitura livre, que pode ser mais ou menos rica. Os Padres da Igreja, ou os autores antigos, em particular quando desenvolvem a exegese alegórica (...), dão muitas vezes a impressão de uma exegese que pode ser aceita ou rejeitada sem argumentos intrínsecos à interpretação (SIMIAN-YOFRE, 2000, p.74).

<sup>110</sup> O termo ‘histórico’ implica reconhecer que os textos bíblicos foram concebidos e compostos em tempos idos, que se desenvolveram num processo histórico e que, por conseguinte, a relação com aquele tempo tem provavelmente algo a dizer sobre o sentido de tais textos, embora possam ter ainda vida e sentido atuais (SIMIAN-YOFRE, 2000, pp.74-75).

<sup>111</sup> A palavra ‘crítico’, tal como se costuma interpretar, significa estabelecer distinções e com base nelas poder julgar os diversos aspectos do texto ligados à história: o processo de constituição do texto, a identidade do autor, o tempo da composição, a relação com outros textos contemporâneos, e a referência do conteúdo do texto à realidade extratextual (por exemplo, a história política, social e religiosa que o texto subentende) (SIMIAN-YOFRE, 2000, p.75).

<sup>112</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, pp.74-75.

<sup>113</sup> Da série *Études Bibliques*, pesquisamos os números 13, 14 (1990) e 23 (1994), todos sob o título de *Les Actes des Deux Apôtres*.

nome Barnabé possuir a interpretação: ‘que se traduz filho da consolação’, porém, pode ter sido adicionado por Atos III, como uma glosa<sup>114</sup>, a fim de trazer uma explicação ao leitor. O último redator, Atos III, também pode ter sido quem inseriu o sumário – Atos 4,32-35 –, após ter o conhecimento das narrativas de Barnabé e de Ananias e Safira e ter interpretado primeiro como modelo de desprendimento dos bens.

Neste ínterim, cumpre afirmar que um conceito valioso e que se torna ponto pacífico nos estudos sincrônicos e diacrônicos é o *sitz im Leben*, que localiza o ambiente no qual este texto foi produzido e, de certo modo, o olhar de seu autor. *Sitz im Leben* é uma expressão alemã que foi cunhada pelos estudiosos do texto bíblico e que tem como significado, basicamente, *lugar da vida*<sup>115</sup>. O estudo deste “lugar da vida” ou, como foi cunhada a expressão, *lugar vivencial*<sup>116</sup> visa a determinar em que situação e com que finalidade foram repetidos e transmitidos os ditos e histórias dos povos citados no texto bíblico, mas nada impede que usemos o mesmo conceito para analisar quaisquer textos que tenhamos em mãos.

Os pesquisadores fazem questão de frisar que o lugar vivencial é uma categoria supra-individual, ou seja, comunitária e social. Trata-se sempre de uma situação sócio-comunitária típica e representativa dentro do ambiente pesquisado, que deu às diversas histórias e ditos o seu cunho formal característico<sup>117</sup>. Ao pesquisador do AT, Hermann Gunkel, coube a formulação de quatro perguntas que norteiam a determinação do lugar vivencial de um gênero literário. São elas:

<sup>114</sup> Uma discussão interessante, na qual não iremos entrar, é o uso da fórmula ‘Barnabé e Saulo’, presente em Atos 12,25; 13,7 e também 13,1 (retocada por Atos II em 13,2, segundo Boismard e Lamouille).que somente pode ser de Atos I, enquanto ‘Saulo (Paulo) e Barnabé’, conforme Atos 13,43.46.50; 15,2.22.35 pertencem a Atos II.

<sup>115</sup> Remeta-se à nota 32.

<sup>116</sup> A pesquisadora Eni Orlandi, em seus trabalhos com os textos históricos e literários, desenvolveu analogamente o conceito de contexto social de produção (ORLANDI, 1988) o qual é determinado, assim como o *Sitz im Leben*, a partir dos elementos encontrados no texto e que apontam para sua produção. Orlandi permanece aí, na produção, sem continuar a “história da caminhada do texto”, isto é, sua recepção e re-produção em e por outros textos, como vemos na estética da recepção, nos estudos vão de Eco a Barthes, e de Ricoeur, do qual tratamos aqui.

<sup>117</sup> Jürgen Roloff esclarece que: “o lugar vivencial é uma realidade suprapessoal. Todas as pessoas estão acostumadas a existir dentro de papéis sociais diversos; isto determina que também suas manifestações orais ou por escrito, ligadas a estes papeis, serão forçosamente distintas. O produtor do comercial de televisão, p. ex., servir-se-á necessariamente de outros gêneros de conversação, caso participe de uma roda de conversa em sua comunidade! O objetivo da pergunta pelo lugar vivencial não é a pessoa que fala como indivíduo, e, sim, a situação que caracteriza a fala e a escuta. Assim, cada manifestação verbal definida tem participação numa forma suprapessoal (do gênero), a qual encontra-se determinada por certas leis permanentes no convívio comunitário” (*apud*. WEGNER, 2007, 172-173).

1) Quem é a pessoa que fala? 2) Quem são os ouvintes? 3) Que atmosfera é determinante na situação? 4) Que reação é intencionada?.

A partir da resposta a estas perguntas, podemos adentrar no universo do texto e apontar as características que o marcam como gênero literário de um determinado período e a uma comunidade específica. Ao tratar dos elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos dos textos histórico-literários analisados nesta pesquisa, podemos estabelecer, de certa forma, o *sitz im Leben* de cada um, a partir das categorias de Ricoeur de *mundo do autor*, refletido no *mundo do texto*.

Klaus Berger<sup>118</sup>, tratando do *sitz im Leben* manifestado em um texto ou na constituição de um gênero literário específico, assinala que, dentre os critérios de acordo com os quais pode ser estabelecida uma relação entre um texto e uma situação, estão a reconstrução de questões concretas às quais, pelo que já sabemos do cristianismo primitivo, um texto poderia dar uma resposta. Há, ainda, o fato de que vários gêneros podem reagir à mesma situação, e um só gênero pode ser uma reação a várias situações. No caso de Atos 4,32–5,11, temos o gênero de *exempla*, que culmina em 11,24, verso no qual o autor ‘nomeia e adjetiva’ Barnabé como um *anér agathós*, isto é, um homem de bem, um nobre, segundo a Grécia arcaica de Homero e clássica de Platão, *refigurado* no texto lucano.

### 2.2.2.2

#### **Análise narrativa e semiótica**

O documento *A interpretação da Bíblia na Igreja*, elaborado pela Pontifícia Comissão Bíblica, assinala a importância da análise narrativa como novo método de estudo das Sagradas Escrituras, atribuindo-lhe valor equiparado ao método histórico-crítico nas pesquisas atuais, à medida que possam ser complementares:

À análise narrativa liga-se uma nova maneira de apreciar o alcance dos textos. Enquanto o método histórico-crítico considera antes de tudo o texto como uma ‘janela’, que permite algumas observações sobre uma ou outra época, sublinha-se que o texto funciona igualmente como um ‘espelho’, no sentido de que ele estabelece uma certa imagem do mundo – ‘o mundo do relato’<sup>119</sup> – que exerce sua influência sobre a maneira de ver do leitor e o leva a adotar certos valores ao invés de outros<sup>120</sup>.

<sup>118</sup> BERGER, 1998, p.25-36.

<sup>119</sup> Como vimos na linguagem de Ricoeur, o *mundo do texto*, pp.25-28.

<sup>120</sup> Pontifícia Comissão Bíblica, 2006, p.52.

Jean Louis Ska, ao iniciar seu estudo sobre sincronia e análise narrativa<sup>121</sup>, dá-nos um exemplo bastante típico de como se processam as pesquisas com o texto bíblico a partir deste método, no qual o leitor é peça chave para que se complete o sentido do texto. Tal fato ocorre a partir da atividade hermenêutica em que *a obra se abre*, segundo os parâmetros já tratados no arcabouço teórico desta pesquisa.

Ska traz a lume a parábola do filho pródigo, na qual o pai diz ao filho mais velho que se recusa a participar do banquete pela volta do irmão: ‘Meu filho, você está sempre comigo, e tudo que é meu é seu; mas era preciso fazer festa e alegrar-se, porque este seu irmão estava morto e retornou à vida, estava perdido e foi reencontrado’<sup>122</sup>. A partir de então, o problema hermenêutico se coloca diante do leitor, que carrega a responsabilidade de resolvê-lo:

A parábola termina com essa frase, antes de o filho mais velho ter podido responder. Ignoramos, portanto, se cedeu o não às razões do pai. Mas, se o filho mais velho não responde, quem escreverá a conclusão que não se encontra no evangelho?<sup>123</sup>

Assim, a análise narrativa, ou narratologia, como tem sido denominada, parte dos pressupostos *iserianos* de sua *teoria do efeito*, como a presença do *leitor implícito*, que conduzirá o ouvinte-leitor, bem como dos espaços vazios deixados no texto para que sejam por ele (ouvinte-leitor) preenchidos. Igualmente, ficam latentes o conceito hermenêutico de *obra aberta* de Eco e a *tríplice mimese* de Ricoeur. Tais conceitos emprestados da teoria literária e aceitos pela Pontifícia Comissão Bíblica, assim como os da análise semiótica, vistos à frente, prestam-se a uma pesquisa rica e inovadora no campo dos estudos bíblicos<sup>124</sup>.

Quanto à análise semiótica aplicada nesta pesquisa, o aporte metodológico está baseado nos estudos de Charles Morris<sup>125</sup>, nos quais se privilegiam os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos dos textos. Esta análise consiste em

<sup>121</sup> SKA, 2000, pp.123-148.

<sup>122</sup> Lucas 15,30.

<sup>123</sup> SKA, 2000, p.123.

<sup>124</sup> Exemplos ricos são o livro **A grande ruína: teologia e pedagogia do castigo divino em Jr 1,11– 6,30**, do Prof. Dr. Geraldo Dondici Vieira (2008) e a tese de doutoramento **Exegese bíblica em diálogo com estudos literários**, do Prof. Dr. Pedro Paulo Alves dos Santos (2006).

<sup>125</sup> Charles William Morris (1901-1979), professor da Universidade de Chicago, influenciado pelo filósofo Charles Sanders Peirce, propõe a divisão do estudo da linguagem, em uma perspectiva filosófica, em *sintaxe*, *semântica* e *pragmática* no texto *Fundamentos de uma teoria dos signos* (1938), o qual seve de introdução à *Enciclopédia Internacional de Ciência Unificada*, da qual Morris foi um dos organizadores, junto com os membros do Círculo de Viena, Otto Neurath e Rudolf Carnap (Marcondes, 2005, pp.7-8; Armengaud, 2006, pp.10-12).

precisar a lógica que gera as articulações fundamentais dos percursos narrativos e assinala, através dos elementos do discurso narrativo, a *situação de enunciação*<sup>126</sup> na qual este discurso é construído.

A partir da *situação de enunciação*, ou seja, dos vestígios observáveis que o acontecimento enunciativo deixa no enunciado<sup>127</sup>, debruça-se sobre o texto, entendendo-o como um evento comunicativo, possuidor de uma mensagem ao seu ouvinte-leitor. Mensagem que pode ser percebida através das relações sintáticas, semânticas e das projeções pragmáticas que se descobrem ao perguntar ao texto e receber dele as respostas. Nada mais próprio aos estudos bíblicos, nos quais o evento comunicativo e sua mensagem são potencializados intencionalmente.

Assim, o que se pretende realizar nesta pesquisa, através das análises narrativa e semiótica, é uma crítica literária que distinga o que há de característico e constitutivo nos textos de Atos dos Apóstolos relativos a Barnabé e, mormente, na perícopie estudada no capítulo terceiro. Para tanto, apoiamo-nos no que assevera Carneiro Leão quanto à crítica<sup>128</sup> literária:

Da palavra Crítica, geralmente só costumamos ouvir os acentos negativos. Toda atividade crítica, criticar e fazer crítica é logo entendido no sentido de corrigir: constatar e suprir erros e deficiências. É esse sentido de nosso modo comum de ouvir a palavra que temos de afastar do primeiro plano da Crítica Literária. Pois não corresponde nem ao significado etimológico nem à origem histórica da palavra nem tampouco a vigência, isto é, a função e o modo de ser da Crítica Literária. Etimologicamente, a crítica provém do verbo *krinein*, cujo primeiro sentido é ‘separar para distinguir’ o que há de característico e constitutivo<sup>129</sup>.

Falando acerca da mensagem narrativa – e, acrescentamos, da *situação de enunciação* em que o evento comunicativo se dá –, Bremond aponta que são palavras que se leem, são imagens que se veem, são gestos que se decifram, mas, através deles, é uma história que se acompanha; e pode ser a mesma história. O contado tem seus significantes próprios, seus contantes: estes não são palavras, imagens ou gestos, mas acontecimentos, situações e condutas significadas por estas palavras, estas imagens, estes gestos<sup>130</sup>.

<sup>126</sup> MAINGUENEAU, 2001. *Situação de enunciação* é um termo cunhado pelos linguistas da escola francesa dos estudos de Análise do discurso, vertente metodológica pela qual pretendemos conduzir nossas pesquisas e aplicar ao *corpus* do trabalho.

<sup>127</sup> MAINGUENEAU, 2001, p.6.

<sup>128</sup> Lembrando que o termo *kritikós* é utilizado desde o século IV a.C. num sentido bem próximo ao de *gramatikós*, isto é, aquele que lê e escreve, também julga aquilo que leu ou escreveu.

<sup>129</sup> LEÃO, 1977, p.164.

<sup>130</sup> BREMOND, 1972, p.101.

### 2.2.2.3

#### Sintaxe

Etimologicamente, ‘sintaxe’ advém do vocábulo grego συντάξις, composto pela preposição σύν, *com* e por um substantivo derivado do verbo *dispor, pôr*. Assim, do ponto de vista etimológico, sintaxe expressa o valor de *pôr junto*, ou mais aproximadamente ao que se presta dentro da semiótica, a uma *com-posição*.

A sintaxe é o ramo da semiótica que se ocupa do estudo dos signos com independência do que designam ou significam, isto é, o que importa são as relações estabelecidas entre estes signos em uma oração absoluta ou em várias orações, ou seja, em um período composto. Por este motivo, a sintaxe se ocupa primordialmente das relações dos signos entre si<sup>131</sup>. Segundo Carnap, que estuda a sintaxe também nos aspectos lógico-matemáticos, ‘a sintaxe de uma linguagem, ou de qualquer outro cálculo, refere-se, em geral, às estruturas possíveis de ordens seriais (de qualquer espécie definida) compostos de quaisquer elementos’<sup>132</sup>.

Deste modo, é importante avaliar que, na análise semiótica de um texto, a sintaxe é o primeiro nível que chama a atenção. Pois é ele que aponta as estruturas nas quais o texto se baseia. Ou seja, é a partir das relações sintáticas que se percebem, como são construídas as proposições em um discurso, como se estabelecem as conexões entre os vocábulos e as orações, quais fatores de coesão são utilizados para que haja unidade no texto, quais estruturas específicas referentes a personagens ou a eixos espaço-temporais saltam aos olhos no momento da audição ou da leitura. Designado por Todorov como *plano gramatical* ou *plano da forma do conteúdo*, o nível sintático de um texto

desempenha um papel ainda mais importante para a significação em literatura [...], em que todos os planos do sistema linguístico são ‘atualizados’ e valorizados. Não se trata de um emprego irregular ou representando um desvio estatístico – a distribuição das categorias gramaticais, submetida às relações estruturais do discurso narrativo, traz uma significação suplementar importante<sup>133</sup>.

Portanto, se por um lado a sintaxe ou o plano formal de um texto é prioritária, já que as mensagens e solicitações se dão através da seleção de uma série de sinais ou eixos formais regulados por leis combinatórias internas a cada texto<sup>134</sup>, por

<sup>131</sup> Ferrater Mora acrescenta, dizendo que a sintaxe se trata ‘de uma disciplina formal cuja principal missão é a elaboração da teoria geral da construção de linguagens, que podem ser de índole diversa: verbais, lógicas, matemáticas, etc. (MORA, 2001, p.2700).

<sup>132</sup> MORA, 2001, pp.2700-2701.

<sup>133</sup> TODOROV, 1972, p.150.

<sup>134</sup> GRILLI, 1999, 37.

outra parte a sintaxe é o primeiro nível de contato entre ouvinte-leitor e texto, que carece de uma continuidade para que esta interação seja eficaz. Esta continuidade se efetiva com o estudo semântico dos vocábulos em ação no texto.

#### 2.2.2.4

##### Semântica

A semântica – σηματικός, derivada de σημά, *senal, marca* – é a ciência que estuda as diversas relações das palavras com os objetos designados por elas, isto é, que se ocupa de averiguar de que modo e segundo quais leis as palavras se aplicam aos objetos. Segundo Américo Castro, ‘a semântica deve definir-se na realidade como a ciência da mudança de significado das palavras’<sup>135</sup>.

Em se tratando das três categorias estabelecidas por Morris para o estudo dos signos, pode-se criar, de certo modo, o seguinte comparativo: o estudo semântico é menos formal e abstrato que o sintático, porém, mais abstrato e formal que o pragmático. Em geral, considera-se que a semântica se ocupa de sistemas de signos interpretados, ao contrário da sintaxe, que estuda sistemas de signos não interpretados. Pode-se analisar um termo sintaticamente, em sua relação com outros termos em uma oração, por exemplo, sem estabelecer-lhe o sentido, a interpretação<sup>136</sup>.

As noções estudadas pela semântica são noções tais como as de verdade, designação, cumprimento (de condições), definição, nomeação, denotação, significação, sinonímia, aplicabilidade, entre outras. Um dos problemas filosóficos envolvidos na semântica apontados por Ferrater Mora é o da variação ou não variação de significados<sup>137</sup>:

Em se tratando da variação de significados, tende-se a supor que eles variam com as transformações e, deste modo, a dimensão pragmática é acentuada, pois se trabalharão com as noções de ‘competência linguística’ (de Chomsky) e o peso de fatores como os propósitos de comunicação, a estrutura social, dentro da qual têm ou podem ter lugar as comunicações<sup>138</sup>.

<sup>135</sup> Apud. MORA, 2001, p.2630: cf. CASTRO. ‘La significación de las palabras’ in **Lengua, Enseñanza y Literatura**, 1924, p.88.

<sup>136</sup> Como exemplo esdrúxulo, poderíamos dizer ‘A cadeira é feliz’ e, analisar cada termo da oração sintaticamente. Contudo, não faz o menor sentido semanticamente, a menos que tivéssemos uma fábula, por exemplo, em que a cadeira fosse um personagem animado. Se assim o fora, pensaríamos na possibilidade da não-existência de uma semântica pura, tampouco a sintaxe ou a pragmática. E restaria a pergunta do ponto de vista filosófico para uma outra pesquisa: assinalar os termos e as relações sintáticas já não implicam *uma* semântica?

<sup>137</sup> Tratados pelo linguista Noam Chomsky – com o nome de semântica interpretativa ou gerativa, respectivamente.

<sup>138</sup> MORA, 2001, pp. 2630-2633, no verbete *Semântica*.

O nível semântico é denominado por Todorov<sup>139</sup> no trabalho com textos como o *plano da substância do conteúdo*. Como trata diretamente com o plano das significações, e está atrelado à sintaxe, que já se incumbiu de analisar previamente toda a estrutura do texto, este domínio pouco ‘estruturado’ é considerado em análise literária como aquele que se interpreta através das imagens que o texto proporciona ao seu leitor<sup>140</sup>. Assim, a análise semântica de um texto busca uma resposta à pergunta sobre o que um texto quer dizer e o que se quer dar a entender com determinadas expressões e frases utilizadas nele mesmo<sup>141</sup>.

Ainda, Mora Paz assinala que a semântica se ocupa se *significados* e referências, apelidados ‘intenções’ e ‘extensões’. E explica: ao dizer ‘significados’ nos referimos aos significados gerais e conceituais das palavras: aos conceitos abstratos; quando falamos de ‘referências’, estamos entendendo as relações entre estes significados e a realidade<sup>142</sup>. As duas categorias – significados e referências – cabem nas relações entre falantes e ouvintes ou entre texto e leitor, em um dado contexto. Por esse motivo, pertencem ao campo da semântica contextual e podem trazer ‘pistas’ que apontem tanto o contexto social de produção do texto analisado, quanto fazer projeções acerca da aceitabilidade ou não do texto. Neste ínterim, já nos aventuráramos no campo da pragmática.

### 2.2.2.5

#### Pragmática

No dicionário de Ferrater Mora<sup>143</sup>, o verbete *Pragmática* é definido como se segue:

Uma das dimensões da semiótica, a pragmática consiste no estudo da relação existente entre os signos e os sujeitos que usam os signos. O que é um signo para o sujeito que o usa equivale à significação deste signo. A pragmática é definida, portanto, como o estudo das significações.

Charles Morris<sup>144</sup> definiu a pragmática como o estudo da relação entre os signos e seus intérpretes. Algum tempo depois reconheceu que essa definição era

<sup>139</sup> TODOROV, 1972, p.150.

<sup>140</sup> TODOROV, 1972, p.150.

<sup>141</sup> MORA PAZ, 1999, p.43.

<sup>142</sup> MORA PAZ, 1999, p.48.

<sup>143</sup> MORA, 2001, p.2340.

<sup>144</sup> MORRIS, 1971, p.6.

insuficiente e propôs a seguinte: ‘Pragmática é a parte da semiótica que trata da origem, usos e efeitos produzidos pelos signos na conduta dentro da qual aparecem’<sup>145</sup>. Ao acrescentar *os efeitos produzidos pelos signos*, Morris percebe a importância do intérprete/leitor como receptor de tais efeitos em sua própria conduta, que pode ser influenciada ao se deparar com textos orais ou escritos.

Segundo Rudolph Carnap, membro do Círculo de Viena juntamente com Morris, os exemplos de pesquisas pragmáticas são em si uma análise psicológica das diversas conotações de uma e da mesma palavra para diversos indivíduos; abarcam, também, os estudos etnológicos e sociológicos acerca dos hábitos linguísticos e suas diferenças em diferentes grupos<sup>146</sup>. Assim, para cada grupo, o texto pode ser interpretado com detalhes diversos, porém, sem deixar de possuir uma essência básica, que abarque o centro da mensagem comunicativa desse mesmo texto.

Por investigar a relação entre o sistema de signos e seus usuários, Dillmann<sup>147</sup> nos adverte que, nesta(s) relação(ões), entram no campo da pragmática todos os aspectos nos quais estão inseridas as expressões linguísticas, que são em primeiro lugar: o tempo e o lugar das expressões; as condições contextuais como a situação, o conhecimento, as pressuposições, as motivações, entre outras coisas, assim como também as relações entre o falante e o ouvinte/receptor<sup>148</sup>.

Quanto aos dois primeiros termos citados por Dillmann<sup>149</sup>, é importante notar o valor do mapa verbal e os aspectos que recebe na gramática grega. O texto estudado no terceiro capítulo deste trabalho procura apontar de que modo os *tempos verbais* e sua utilização nos textos podem ser indícios de uma intencionalidade do autor em suscitar no leitor sua contribuição ao texto, ao interpretá-lo e sua prática ou a mudança desta após tal interpretação. Presta-se facilmente a este serviço o texto de Atos 4,32–5,11.

É interessante notar que o termo *Pragmático* foi usado por Políbio para descrever seu próprio modo de escrever a história; a ‘história [historiografia]

<sup>145</sup> MORRIS, 1964, p.219.

<sup>146</sup> CARNAP, 1942, p.10.

<sup>147</sup> DILLMANN, 1999, p.62.

<sup>148</sup> Cumpre observar que estes pressupostos são tangenciados no método histórico-crítico, mas não são tratados do ponto de vista epistemológico e metodológico. Deste modo, reafirmamos que a opção pela análise sincrônica do texto é realmente uma opção porque, trazer esta análise não visa a romper com o método histórico-crítico, mas complementar.

<sup>149</sup> DILLMANN, 1999.

pragmática’ se distingue da ‘história [historiografia] lendária’. Esta trata de ‘lendas’ e de ‘genealogias’ enquanto aquela trata de ‘fatos’, πράγματα, o que quer dizer: ‘as coisas que os homens fizeram, os assuntos humanos, os negócios e ócios humanos’. Assim, Políbio estima que a consideração pragmática seja a única que pode ensinar aos homens como comportar-se, isto é, como comportar-se enquanto membros da comunidade ou do Estado<sup>150</sup>.

Neste momento, é valioso retomar Bakhtin: o que ele chama de ‘a palavra’, a linguagem no sentido mais amplo, é o ‘fenômeno ideológico por excelência’ e o ‘meio mais puro e mais sensível de interação social’. A palavra é onipresente na vida social, seja sob a forma de discurso interno, seja como texto escrito, e tem a capacidade de registrar todas as fases transitórias do processo histórico e social. Para Bakhtin, a linguagem é um campo de batalha no qual cada palavra se transforma na arena em que competem as entonações sociais. A mesma palavra, sendo pronunciada por um camponês, um operário, um intelectual ou um empresário, não é exatamente a mesma palavra<sup>151</sup>.

<sup>150</sup> Cf. MORA, 2001, p.2340.

<sup>151</sup> STAM, 1992, p.31. Mediante esta fala de Robert Stam sobre a opinião de Bakhtin acerca da força e dos usos da palavra na sociedade, não podemos nos furtar de mencionar a *teoria dos jogos de linguagem* proposta por Ludwig Wittgenstein. A expressão – *Sprachspiele, language-games* – foi introduzida por Wittgenstein em seus cursos e resultaram, inicialmente em dois livros: no *Livro Azul* (ditado aos seus alunos em 1933-34), em que é formulada, pela primeira vez, a *teoria dos jogos de linguagem* e no *Livro Castanho* ou *Marrom* (também ditado a dois alunos, Francis Skinner e Alice Ambrosie, em Cambridge, no ano letivo de 1934-35). A partir destes cursos, Wittgenstein abandona a concepção formalista da linguagem e prossegue no desenvolvimento da *teoria dos jogos de linguagem*, que culminará em suas *Investigações Filosóficas* (1953). A teoria consiste substancialmente em afirmar que o elemento mais primário da linguagem não é a significação, mas o uso. Portanto, entender uma palavra numa linguagem não é primariamente compreender sua significação, mas saber como ela é usada, como funciona, num desses ‘jogos’, que afastam a significação uniforme das palavras e demonstram o caráter básico da linguagem, como a sua multiplicidade (praticamente infinita) nos jogos de linguagem. A linguagem não é, para Wittgenstein, uma trama de significações independentes da vida de quem a usa: é uma trama integrada à trama de nossa vida. Por isso, falar uma linguagem é parte de uma atividade, ou de uma forma de vida (*Investigações Filosóficas*, § 23). Informar sobre um acontecimento, contar piadas, descrever um objeto de acordo com sua aparência e saudar são exemplos desses jogos. Assim, a ‘legitimidade’ de um jogo de linguagem tem como base sua integração com a realidade, como aponta igualmente Mora Paz. Uma linguagem – um jogo de linguagem – é como um sistema de engrenagens. Se estas se encaixam umas nas outras e com a realidade, a linguagem se justifica (cf. MORA, 2001, pp.1754-1755). O filósofo assinala, tanto no *Livro Castanho* quanto nas *Investigações* uma série de proposições, com situações hipotéticas da vida corrente e, de modo simples, aponta a importância de perceber o uso dos vocábulos na linguagem dentro do contexto de cada uma.